Ultrapar Participações S.A.

Informações Intermediárias da Controladora e Consolidadas Referentes ao Trimestre Findo em 31 de Março de 2016 e Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão das Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Informações trimestrais

em 31 de março de 2016

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR	3 – 4
Balanços patrimoniais	5 – 6
Demonstrações de resultados	7
Resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às informações trimestrais	12 – 103

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Henri Dunant, 1383
4º ao 12º Andares - 04709-110
São Paulo - Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ultrapar Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2

© 2016 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Balanços patrimoniais

em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
Ativo	**explicativa**	**31/03/2016**	**31/12/2015**	**31/03/2016**	**31/12/2015**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.830	48.061	2.212.098	2.702.893
Aplicações financeiras	4	16.326	6.708	460.484	803.304
Contas a receber de clientes, líquidas	5	-	-	3.123.970	3.167.164
Estoques, líquidos	6	-	-	2.710.759	2.495.237
Impostos a recuperar, líquidos	7	42.390	48.019	517.877	628.778
Dividendos a receber		2.347	392.127	3.061	2.710
Demais contas a receber		2.689	6.051	70.091	29.787
Contas a receber - indenização seguradora	33	-	-	167.008	-
Despesas antecipadas, líquidas	10	56	89	121.640	81.476
Total do ativo circulante		144.638	501.055	9.386.988	9.911.349
Não circulante					
Aplicações financeiras	4	-	-	254.722	466.965
Contas a receber de clientes, líquidas	5	-	-	161.910	152.239
Sociedades relacionadas	8.a	762.432	782.404	490	490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	18.016	8.680	505.217	558.993
Impostos a recuperar, líquidos	7	12.706	4.037	131.094	135.449
Depósitos judiciais	20.a	148	148	751.041	740.835
Demais contas a receber		-	-	14.890	16.507
Despesas antecipadas, líquidas	10	-	-	158.907	146.664
		793.302	795.269	1.978.271	2.218.142
Investimentos					
Controladas	11.a	7.830.603	7.619.441	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto	11.a e 11.b	26.197	31.514	74.051	79.377
Coligadas	11.c	-	-	21.877	21.537
Outros		-	-	2.814	2.814
Imobilizado, líquido	12	-	-	5.455.698	5.438.895
Intangível, líquido	13	246.163	246.163	3.248.738	3.293.935
		8.102.963	7.897.118	8.803.178	8.836.558
Total do ativo não circulante		8.896.265	8.692.387	10.781.449	11.054.700
Total do ativo		9.040.903	9.193.442	20.168.437	20.966.049

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Balanços patrimoniais

em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Circulante					
Financiamentos	14	-	-	2.425.696	1.048.098
Debêntures	14.f	4.237	33.560	67.717	47.372
Arrendamento mercantil financeiro	14.h	-	-	2.407	2.385
Fornecedores	15	21	2.636	1.088.883	1.460.532
Salários e encargos sociais	16	195	195	277.864	404.313
Obrigações tributárias	17	780	877	158.372	168.804
Dividendos propostos a pagar	23.g	17.908	293.460	23.270	298.791
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	301	111.535	216.883
Benefícios pós-emprego	18.b	-	-	13.734	13.747
Provisão para retirada de tanques	19	-	-	4.446	5.232
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	-	-	51.127	45.322
Contas a pagar - indenização clientes	33	-	-	112.925	-
Demais contas a pagar		214	1.359	58.657	97.492
Receita diferida	21	-	-	20.553	24.420
Total do passivo circulante		23.355	332.388	4.417.186	3.833.391
Não circulante					
Financiamentos	14	-	-	4.091.620	5.561.401
Debêntures	14.f	799.639	799.554	2.199.016	2.198.843
Arrendamento mercantil financeiro	14.h	-	-	42.941	43.509
Sociedades relacionadas	8.a	246	5	4.372	4.372
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	191.849	266.004
Benefícios pós-emprego	18.b	-	-	114.150	112.848
Provisão para retirada de tanques	19	-	-	72.063	69.484
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	4.227	4.221	686.503	684.660
Receita diferida	21	-	-	11.103	11.036
Bônus de subscrição - indenização	22	139.377	112.233	139.377	112.233
Demais contas a pagar		-	-	92.515	94.139
Total do passivo não circulante		943.489	916.013	7.645.509	9.158.529
Patrimônio líquido					
Capital social	23.a	3.838.686	3.838.686	3.838.686	3.838.686
Reserva de capital	23.c	552.038	546.607	552.038	546.607
Ações em tesouraria	23.b	(483.879)	(490.881)	(483.879)	(490.881)
Reserva de reavaliação	23.d	5.527	5.590	5.527	5.590
Reservas de lucros	23.e	3.801.999	3.801.999	3.801.999	3.801.999
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	23.g	-	157.162	-	157.162
Lucros acumulados		385.270	-	385.270	-
Ajustes de avaliação patrimonial	2.c, 2.o e 23.f	(55.519)	18.953	(55.519)	18.953
Ajustes acumulados de conversão	2.c, 2.r e 23.f	29.937	66.925	29.937	66.925
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		8.074.059	7.945.041	8.074.059	7.945.041
Acionistas não controladores de controladas		-	-	31.683	29.088
Total do patrimônio líquido		8.074.059	7.945.041	8.105.742	7.974.129
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.040.903	9.193.442	20.168.437	20.966.049

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita líquida de vendas e serviços	24	-	-	19.524.323	17.403.640
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	-	-	(17.806.080)	(15.821.547)
Lucro bruto		-	-	1.718.243	1.582.093
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	25	-	-	(641.202)	(584.204)
Gerais e administrativas	25	(3)	(11)	(321.820)	(287.992)
Resultado na venda de bens	26	-	-	75	22.260
Outros resultados operacionais, líquidos	27	-	-	35.426	21.458
Lucro operacional		(3)	(11)	790.722	753.615
Receitas financeiras	28	40.957	39.394	115.129	103.458
Despesas financeiras	28	(58.484)	(62.031)	(331.585)	(284.701)
Equivalência patrimonial	11	396.838	399.820	(3.267)	(2.916)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		379.308	377.172	570.999	569.456
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9.b	(3.425)	(4.581)	(227.370)	(160.924)
Diferido	9.b	9.335	12.280	22.092	(37.582)
Incentivos fiscais	9.b e 9.c	-	-	22.132	15.662
		5.910	7.699	(183.146)	(182.844)
Lucro líquido do período		385.218	384.871	387.853	386.612
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		385.218	384.871	385.218	384.871
Acionistas não controladores de controladas		-	-	2.635	1.741
Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada do período) - R$					
Básico	29	0,7116	0,7049	0,7116	0,7049
Diluído	29	0,7065	0,6995	0,7065	0,6995

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	**31/03/2015**	**31/03/2016**	**31/03/2015**
Lucro líquido do período, atribuível aos acionistas da Ultrapar		385.218	384.871	385.218	384.871
Lucro líquido do período, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	2.635	1.741
Lucro líquido do período		385.218	384.871	387.853	386.612
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros	2.c e 23.f	(77.328)	13.222	(77.328)	13.222
Ajustes acumulados de conversão, líquidos dos efeitos do *hedge* de investimentos	2.c, 2.r e 23.f	(36.988)	51.656	(36.988)	51.656
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.o e 23.f	2.856	-	2.856	-
Resultado abrangente do período		273.758	449.749	276.393	451.490
Resultado abrangente do período, atribuível aos acionistas da Ultrapar		273.758	449.749	273.758	449.749
Resultado abrangente do período, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	2.635	1.741

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes acumulados		Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total
						Legal	Estatutária para investimentos	Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão			Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores de controladas	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		3.838.686	546.607	(490.881)	5.590	472.350	1.996.583	1.333.066	18.953	66.925	-	157.162	7.945.041	29.088	7.974.129
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	385.218	-	385.218	2.635	387.853
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros	2.c e 23.f	-	-	-	-	-	-	-	(77.328)	-	-	-	(77.328)	-	(77.328)
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.o e 23.f	-	-	-	-	-	-	-	2.856	-	-	-	2.856	-	2.856
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do *hedge* de investimentos	2.c, 2.r e 23.f	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.988)	-	-	(36.988)	-	(36.988)
Resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	(74.472)	(36.988)	385.218	-	273.758	2.635	276.393
Venda de ações em tesouraria	8.c e 23.b	-	5.431	7.002	-	-	-	-	-	-	-	-	12.433	-	12.433
Realização da reserva de reavaliação	23.d	-	-	-	(63)	-	-	-	-	-	63	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	23.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11)	-	(11)	-	(11)
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40)	(40)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(157.162)	(157.162)	-	(157.162)
Saldos em 31 de março de 2016		3.838.686	552.038	(483.879)	5.527	472.350	1.996.583	1.333.066	(55.519)	29.937	385.270	-	8.074.059	31.683	8.105.742

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes acumulados		Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total
						Legal	Estatutária para investimentos	Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão			Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores de controladas	
Saldos em 31 de dezembro de 2014		3.838.686	547.462	(103.018)	5.848	397.177	1.439.461	1.333.066	7.149	43.192	-	188.976	7.697.999	28.596	7.726.595
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	384.871	-	384.871	1.741	386.612
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros	2.c e 23.f	-	-	-	-	-	-	-	13.222	-	-	-	13.222	-	13.222
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do *hedge* de investimentos	2.c, 2.r e 23.f	-	-	-	-	-	-	-	-	51.656	-	-	51.656	-	51.656
Resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	13.222	51.656	384.871	-	449.749	1.741	451.490
Aquisição de ações de própria emissão para manutenção em tesouraria	23.b	-	-	(102.209)	-	-	-	-	-	-	-	-	(102.209)	-	(102.209)
Realização da reserva de reavaliação	23.d	-	-	-	(65)	-	-	-	-	-	65	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	23.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Dividendos de acionistas não controladores	23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(56)	(56)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(188.976)	(188.976)	-	(188.976)
Saldos em 31 de março de 2015		3.838.686	547.462	(205.227)	5.783	397.177	1.439.461	1.333.066	20.371	94.848	384.935	-	7.856.562	30.281	7.886.843

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		385.218	384.871	387.853	386.612
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Equivalência patrimonial	11	(396.838)	(399.820)	3.267	2.916
Depreciações e amortizações	12 e 13	-	-	270.120	235.875
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	12 e 13	-	-	3.104	3.266
Despesas com retirada de tanques	19	-	-	(706)	(1.020)
Juros, variações monetárias e cambiais		56.584	62.986	38.036	573.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	(9.335)	(12.280)	(22.092)	37.582
Resultado na venda de bens	26	-	-	(75)	(22.260)
Outros		(312)	-	66	945
Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto		469.304	533.425	-	-
(Aumento) diminuição no ativo circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	46.213	(215.104)
Estoques	6	-	-	(214.963)	(420.679)
Impostos a recuperar	7	5.629	13.086	110.901	(48.503)
Demais contas a receber		3.362	(1.611)	(94.386)	(23.127)
Despesas antecipadas	10	33	23	(37.738)	(41.777)
Aumento (diminuição) no passivo circulante					
Fornecedores	15	(2.615)	(265)	(371.649)	(155.803)
Salários e encargos sociais	16	-	(5)	(126.449)	(53.480)
Obrigações tributárias	17	(97)	96	(10.432)	25.653
Imposto de renda e contribuição social		-	-	62.853	109.546
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	-	-	5.805	5.114
Demais contas a pagar		(1.145)	6.923	(39.542)	(27.988)
Receita diferida	21	-	-	(3.867)	(2.235)
(Aumento) diminuição no ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(9.671)	(2.414)
Impostos a recuperar	7	(8.669)	(15.882)	4.355	(2.104)
Depósitos judiciais		-	-	(10.206)	(10.196)
Demais contas a receber		-	-	1.617	(2.306)
Despesas antecipadas	10	-	-	(2.237)	5.043
Aumento (diminuição) no passivo não circulante					
Benefícios pós-emprego	18.b	-	-	1.289	4.286
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	6	5	1.843	4.684
Demais contas a pagar		-	-	(1.624)	620
Receita diferida	21	-	-	67	1.150
Imposto de renda e contribuição social pagos		(301)	-	(168.202)	(128.295)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		500.824	571.552	(176.450)	239.780
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras, líquidas de resgates		(9.376)	47.949	555.063	47.362
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(194.975)	(129.761)
Aquisição de intangível	13	-	-	(95.831)	(79.409)
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	11.b	-	-	(5.781)	-
Receita com a venda de bens	26	-	-	6.027	39.214
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos		(9.376)	47.949	264.503	(122.594)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Financiamentos e debêntures					
Captação	14	-	799.042	240.381	1.177.828
Amortização	14	-	(800.000)	(199.442)	(960.632)
Juros pagos	14	(58.369)	(96.683)	(177.046)	(179.839)
Contraprestação de arrendamento mercantil financeiro		-	-	(1.175)	(1.404)
Dividendos pagos		(432.715)	(387.594)	(432.721)	(387.650)
Aquisição de ações de própria emissão para manutenção em tesouraria		-	(102.209)	-	(102.209)
Venda de ações em tesouraria	8.c	12.433	-	-	-
Sociedades relacionadas		19.972	56.456	-	(15.000)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos		(458.679)	(530.988)	(570.003)	(468.906)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira		-	-	(8.845)	18.346
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		32.769	88.513	(490.795)	(333.374)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	48.061	119.227	2.702.893	2.827.369
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	80.830	207.740	2.212.098	2.493.995

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais, exceto as porcentagens)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		31/03/2016	%	31/03/2015	%	31/03/2016	%	31/03/2015	%
Receitas									
Receita bruta de vendas e serviços, exceto aluguéis e *royalties*	24	-		-		20.110.301		17.919.244	
Abatimentos, descontos e devoluções	24	-		-		(115.708)		(85.978)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)		-		-		(10.563)		(7.317)	
Resultado na venda de bens	26	-		-		75		22.260	
		-		-		19.984.105		17.848.209	
Insumos adquiridos de terceiros									
Matérias-primas consumidas		-		-		(1.080.514)		(893.799)	
Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos		-		-		(16.728.224)		(14.908.778)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.855)		(5.063)		(480.947)		(459.259)	
Recuperação (perda) de valores de ativos		4.391		6.328		(1.720)		(1.432)	
		1.536		1.265		(18.291.405)		(16.263.268)	
Valor adicionado bruto		1.536		1.265		1.692.700		1.584.941	
Retenções									
Depreciações e amortizações		-		-		(270.120)		(235.875)	
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação		-		-		(3.104)		(3.266)	
		-		-		(273.224)		(239.141)	
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade		1.536		1.265		1.419.476		1.345.800	
Valor adicionado recebido em transferência									
Equivalência patrimonial	11	396.838		399.820		(3.267)		(2.916)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio de investimentos a custo		-		1		-		-	
Aluguéis e *royalties*	24	-		-		33.170		30.511	
Receitas financeiras	28	40.957		39.394		115.129		103.458	
		437.795		439.215		145.032		131.053	
Valor adicionado total a distribuir		439.331		440.480		1.564.508		1.476.853	
Distribuição do valor adicionado									
Pessoal e encargos		1.280	-	1.073	-	421.374	27	380.921	26
Impostos, taxas e contribuições		(3.905)	(1)	(8.582)	(2)	395.513	25	390.356	26
Despesas financeiras e aluguéis		56.738	13	63.118	14	359.768	23	318.964	22
Lucros retidos		385.218	88	384.871	88	387.853	25	386.612	26
Valor adicionado distribuído		439.331	100	440.480	100	1.564.508	100	1.476.853	100

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas ("Ipiranga"), na produção e comercialização de produtos químicos ("Oxiteno"), na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos ("Ultracargo") e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma"). Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 30.

2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* ("IAS") 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

a. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

A receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. A receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. A receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. A receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Ativos financeiros

Conforme o IAS 32, IAS 39 e *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.

- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.

- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro derivativo utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge;* (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 31.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas nº 5 e 31 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais.

Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11).

Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle.

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.m e 19).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.h).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 32.c).

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura ("ágio") são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade.

- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.

- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 13 itens i e vi).

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "passivos financeiros mensurados ao custo amortizado". Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.i). Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis à emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais são reconhecidos no patrimônio líquido e não são amortizados.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa n° 19). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 20).

o. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 18.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

p. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

q. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

r. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes acumulados de conversão" e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 31 de março de 2016 totalizou R$ 29.937 de ganho cambial (R$ 66.925 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2015).

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

Controlada	**Moeda funcional**	**País**
Oxiteno México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiteno Andina, C.A.	Bolívar	Venezuela
Oxiteno Uruguay S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

A controlada Oxiteno Uruguay S.A. ("Oxiteno Uruguay") determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano ("US$"), considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

A Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária, conforme o IAS 29. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiteno Andina, C.A. ("Oxiteno Andina") estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Em 9 de março de 2016, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 35, vigente a partir de 10 de março de 2016, que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando os tipos de câmbio legalmente reconhecidos:

a) DIPRO - *Tipo de Cambio Protegido:* o Bolívar ("VEF") é negociado à taxa de 9,975 VEF/US$ para compra e 10,00 VEF/US$ para venda, e é aplicável as operações de importação de bens de primeira necessidade (medicamentos e alimentos) e para matérias-primas e insumos associados à produção destes setores, sendo canalizadas através do CENCOEX - *Centro Nacional de Comercio Exterior en Venezuela*; e

b) DICOM - *Tipo de Cambio Complementario Flotante de Mercado*: o Bolívar é negociado à taxa de 206,7813 VEF/US$ para venda e reduzido em 0,25% para compra, e é aplicável a todas as operações de liquidação de divisas não previstas expressamente no convênio cambiário, sendo processados através dos mercados alternativos de divisas.

Os tipos de câmbio anteriormente regulamentados pelo Convênio Cambial nº 33 foram extintos.

Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela, a administração da Sociedade reavaliou a taxa de câmbio utilizada na conversão das demonstrações financeiras da Oxiteno Andina e a alterou, em 31 de dezembro de 2015, da taxa SICAD - *Sistema Complementario de Administración de Divisas* para a SIMADI - *Sistema Marginal de Divisas*, visto que, entre outros fatores, essa é a taxa de câmbio que atualmente mais se aproxima da melhor expressão da economia da Venezuela. Assim, a partir de 31 de dezembro de 2015 os montantes em Bolívar foram convertidos para dólares norte-americanos pela taxa de câmbio do SIMADI e posteriormente convertidos para Reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil. Devido ao Convênio Cambial nº 35, a partir de 10 de março de 2016, a Sociedade passou a usar a taxa de câmbio DICOM na conversão.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado no período de três meses findo em 31 de março de 2016 totalizou R$ 7.383 (ganho de R$ 2.627 no período de três meses findo em 31 de março de 2015).

s. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 4, 14 e 31), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 31), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (notas explicativas nº 2.l e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.f, 2.r, 3 e 11.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f, 11.a e 11.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.f e 11.c), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiteno Andina (nota explicativa nº 2.r), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.g e 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.i e 13), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.m e 19), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.n e 20), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.o e 18.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 22 e 31). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

t. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa - "UGC"). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos períodos apresentados (vide nota explicativa nº 13.i).

u. Ajuste a valor presente

Algumas controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) do ativo imobilizado (CIAP). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas informações trimestrais, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS. O saldo desse ajuste a valor presente totalizava R$ 858 em 31 de março de 2016 (R$ 109 em 31 de dezembro de 2015).

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

w. Demonstrações de valor adicionado

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstração dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, individuais e consolidados, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos.

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de março de 2016:

	Vigente em
• Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de *impairment* para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de *hedge*.	2018
• Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente.	2018
• Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	2019

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Sociedade está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

z. Autorização para a emissão das informações trimestrais

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 11 de maio de 2016.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

			% de participação no capital social			
			31/03/2016		31/12/2015	
			Controle		Controle	
	Localidade	Segmento	Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda. (*)	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (b)	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiteno	100	-	100	-
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiteno	-	99	-	99
Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiteno	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiteno	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno México S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno USA LLC	Estados Unidos	Oxiteno	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Andina, C.A.	Venezuela	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Europe SPRL	Bélgica	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Colombia S.A.S	Colômbia	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Shanghai Trading LTD.	China	Oxiteno	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 31 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R$ 2.927.304 em 31 de março de 2016 (R$ 3.973.162 em 31 de dezembro de 2015) e estão distribuídos conforme abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	**31/12/2015**	**31/03/2016**	**31/12/2015**
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	112	120	80.801	92.160
Em moeda estrangeira	-	-	111.564	99.856
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	80.718	47.941	1.927.183	2.497.903
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	92.550	12.974
Total de caixa e equivalentes de caixa	80.830	48.061	2.212.098	2.702.893

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	**31/12/2015**	**31/03/2016**	**31/12/2015**
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	16.326	6.708	408.082	801.587
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	31.242	35.013
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	275.882	433.669
Total de aplicações financeiras	16.326	6.708	715.206	1.270.269
Circulante	16.326	6.708	460.484	803.304
Não circulante	-	-	254.722	466.965

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 31).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
Clientes nacionais	2.910.797	2.971.019
Financiamentos a clientes – Ipiranga	360.117	350.119
Clientes estrangeiros	225.908	199.081
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(210.942)	(200.816)
	3.285.880	3.319.403
Circulante	3.123.970	3.167.164
Não circulante	161.910	152.239

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

			Vencidos				
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/03/2016	3.496.822	3.023.598	109.735	36.392	21.290	35.693	270.114
31/12/2015	3.520.219	3.080.681	113.136	22.834	13.473	30.411	259.684

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	200.816
Adições	12.333
Baixas	(2.207)
Saldo em 31 de março de 2016	210.942

Para maiores informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 31 – Risco de crédito de clientes.

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	31/03/2016			31/12/2015		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	397.813	(9.710)	388.103	400.994	(7.649)	393.345
Produtos em elaboração	2.858	-	2.858	1.723	-	1.723
Matérias-primas	232.539	(1.363)	231.176	257.700	(1.026)	256.674
Gás liquefeito de petróleo - GLP	57.931	(5.761)	52.170	58.875	(5.761)	53.114
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.401.925	(769)	1.401.156	1.205.598	(729)	1.204.869
Materiais de consumo e outros itens para revenda	114.743	(9.167)	105.576	103.013	(9.259)	93.754
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	350.472	(11.087)	339.385	303.603	(9.568)	294.035
Adiantamentos a fornecedores	164.545	-	164.545	171.726	-	171.726
Imóveis para revenda	25.997	(207)	25.790	25.997	-	25.997
	2.748.823	(38.064)	2.710.759	2.529.229	(33.992)	2.495.237

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	33.992
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	1.210
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	2.862
Saldo em 31 de março de 2016	38.064

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	31/03/2016	31/12/2015
Ajuste ao valor de realização	15.347	14.137
Obsolescência e outras perdas	22.717	19.855
Total	38.064	33.992

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	**31/12/2015**	**31/03/2016**	**31/12/2015**
IRPJ e CSLL	55.096	52.055	179.000	197.890
ICMS	-	-	380.243	350.325
Provisão para perdas de ICMS [(1)]	-	-	(64.863)	(64.891)
PIS e COFINS	-	-	127.527	248.254
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	-	-	16.958	22.791
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	-	-	4.646	4.542
Outros	-	1	5.460	5.316
Total	55.096	52.056	648.971	764.227
Circulante	42.390	48.019	517.877	628.778
Não circulante	12.706	4.037	131.094	135.449

[(1)] A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	64.891
Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas	(28)
Saldo em 31 de março de 2016	64.863

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

- **Controladora**

	Ativo			Passivo	Resultado financeiro
	Contas a receber [1]	Debêntures [2]	Total	Contas a pagar	
Companhia Ultragaz S.A.	3.272	-	3.272	-	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	2.617	-	2.617	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	3.272	-	3.272	246	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	3.271	750.000	753.271	-	38.745
Total em 31 de março de 2016	12.432	750.000	762.432	246	38.745

	Ativo	Passivo	Resultado financeiro
	Debêntures [3]	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	782.404	-	33.110
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	5	-
Total em 31 de dezembro de 2015	782.404	5	
Total em 31 de março de 2015			33.110

[1] Refere-se ao Plano de Ações (vide nota explicativa nº 8.c).

[2] Em março de 2016, a controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("IPP") efetuou sua terceira emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

[3] Em março de 2009, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI. As debêntures subscritas pela Ultrapar foram liquidadas na data de seu vencimento.

- **Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	**Passivo**	**A receber[(1)]**	**A pagar[(1)]**
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.767
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	14.217	4.560
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	9.561
Outros	490	1.326	-	-
Total em 31 de março de 2016	490	4.372	14.217	15.888

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	**Passivo**	**A receber[(1)]**	**A pagar[(1)]**
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.506
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	12.553	6.562
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	23.784
Outros	490	1.326	-	-
Total em 31 de dezembro de 2015	490	4.372	12.553	31.852

[(1)] Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	**Compras**
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	2	5.072
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	233.589
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	3.296	-
Total em 31 de março de 2016	3.298	238.661

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	**Compras**
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	2	3.213
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	143.670
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	4.507	-
Total em 31 de março de 2015	4.509	146.883

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar") acima referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.j). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente é beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento de interesses de longo prazo, fazendo jus a remuneração variável adicional em função do desempenho das ações entre 2013 e 2018, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 18.b).

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2016	**31/03/2015**
Remuneração de curto prazo	10.420	7.575
Remuneração em ações	1.379	1.568
Benefício pós-emprego	842	656
Remuneração de longo prazo	541	498
Total	13.182	10.297

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 ("Plano de Ações"). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
4 de março de 2016	190.000	2021 a 2023	65,43	17.147	(243)	16.904
9 de dezembro de 2014	590.000	2019 a 2021	50,64	41.210	(9.332)	31.878
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(2.123)	3.876
3 de fevereiro de 2014	150.000	2018 a 2020	55,36	11.454	(5.101)	6.353
7 de novembro de 2012	320.000	2017 a 2019	42,90	19.098	(11.151)	7.947
14 de dezembro de 2011	120.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(3.880)	1.392
10 de novembro de 2010	173.336	2015 a 2017	26,78	9.602	(8.567)	1.035
16 de dezembro de 2009	83.328	2014 a 2016	20,75	7.155	(6.928)	227
9 de novembro de 2006	207.200	2016	11,62	3.322	(3.128)	194
	1.917.264			120.259	(50.453)	69.806

No período de três meses findo em 31 de março de 2016, a amortização de R$ 4.279 (R$ 4.494 no período de três meses findo em 31 de março de 2015) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.727.264
Ações outorgadas em 4 de março de 2016	190.000
Saldo em 31 de março de 2016	1.917.264

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	**31/12/2015**	**31/03/2016**	**31/12/2015**
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	43.828	41.428
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	22	144.599	140.707
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	42.805	42.297
Provisão para diferenças caixa *vs.* competência	-	-	2.521	989
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	29.512	33.894
Combinação de negócios – base fiscal *vs.* base contábil do ágio	-	-	71.929	72.691
Provisão para retirada de tanques	-	-	23.024	22.418
Demais provisões	17.992	8.658	78.718	145.336
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	68.281	59.233
Total	18.016	8.680	505.217	558.993
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.855	2.887
Arrendamento mercantil	-	-	4.353	4.426
Provisão para diferenças caixa *vs.* competência	-	-	95.357	184.951
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	36.597	17.794
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	46.877	47.110
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	4.073	2.855
Demais provisões	-	-	1.737	5.981
Total	-	-	191.849	266.004

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	31/03/2016	**31/03/2015**
Saldo inicial	292.989	309.726
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	22.092	(37.582)
Outros	(1.713)	2.696
Saldo final	313.368	274.840

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	**Consolidado**
Até 1 ano	3	156.992
De 1 a 2 anos	3.474	79.724
De 2 a 3 anos	3.497	38.749
De 3 a 5 anos	6.947	57.951
De 5 a 7 anos	3.722	113.806
De 7 a 10 anos	373	57.995
	18.016	505.217

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	**31/03/2015**	**31/03/2016**	**31/03/2015**
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	(17.530)	(22.648)	574.266	572.372
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	5.960	7.700	(195.250)	(194.606)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(56)	(1)	(15.296)	(8.920)
Receitas não tributáveis (ii)	-	-	644	1.369
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	3.428	2.851
Demais ajustes	6	-	1.196	800
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	5.910	7.699	(205.278)	(198.506)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	22.132	15.662
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	5.910	7.699	(183.146)	(182.844)
Corrente	(3.425)	(4.581)	(227.370)	(160.924)
Diferido	9.335	12.280	22.092	(37.582)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	22.132	15.662
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	33,7	34,0	31,9	31,9

(i) As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;

(ii) As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;

(iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram esta forma alternativa de tributação, segundo a qual o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob este método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas.

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"):

Controlada	**Unidades**	**Incentivo - %**	**Término**
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Caucaia [(1)]	75	2012
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
	Base de Mataripe [(2)]	75	2024
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021

[(1)] Em 22 de dezembro de 2015 foi protocolado na SUDENE, pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em virtude de ampliação efetuada na base de Caucaia.

[(2)] Em virtude de modernização efetuada na base de Mataripe, a SUDENE aprovou a redução de imposto de renda de 75% até 2024, através de laudo expedido em 30 de dezembro de 2015. Em 19 de janeiro de 2016, o Laudo constitutivo do benefício foi encaminhado à Secretaria da Receita Federal para fins de homologação no prazo de 120 dias.

Em 30 de dezembro de 2014 foi protocolado pela controlada Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar ("Tequimar") na SUDENE pleito requerendo o reconhecimento do incentivo de redução, em virtude da implantação do Terminal de Itaqui, em São Luis - Maranhão. A controlada está aguardando a manifestação da SUDENE sobre o pleito, não havendo prazo definido para que a manifestação ocorra.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 31 de março de 2016, certas controladas da Sociedade possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R$ 215.539 (R$ 190.359 em 31 de dezembro de 2015) e bases negativas de CSLL no montante de R$ 159.951 (R$ 129.368 em 31 de dezembro de 2015), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R$ 68.281 em 31 de março de 2016 (R$ 59.233 em 31 de dezembro de 2015).

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	31/03/2016	31/12/2015
Aluguéis	117.843	114.439
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	56.360	45.889
Propaganda e publicidade	56.665	25.195
Prêmios de seguros	25.067	24.644
Manutenção de *software*	9.090	8.937
Compras de vale alimentação e transporte	2.327	1.757
Tributos e demais despesas antecipadas	13.195	7.279
	280.547	228.140
Circulante	121.640	81.476
Não circulante	158.907	146.664

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	31/03/2016			
	Controladas			Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.106.636	3.371.882	12.751.656	385.486
Passivo	4.262	415.566	8.979.802	306.588
Patrimônio líquido	1.102.374	2.956.375(*)	3.771.854	78.898
Receita líquida de vendas e serviços	-	312.841	16.833.168	329.934
Lucro líquido do período	13.282	137.570(*)	244.155	5.514
Participação no capital social - %	100	100	100	33

	31/12/2015			
	Controladas			Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.093.260	3.469.471	13.599.752	348.217
Passivo	4.168	534.215	10.004.718	253.306
Patrimônio líquido	1.089.092	2.935.315(*)	3.595.034	94.911
Participação no capital social - %	100	100	100	33

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/03/2015				
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	**Oxiteno S.A. Indústria e Comércio**	**Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.**	**Isa-Sul Administração e Participações Ltda.**	**Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.**
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	995.696.000	5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	263.289	15.097.169	3.566	227.901
Lucro (prejuízo) líquido do período	30.666	88.978(*)	277.327	(91)	8.855
Participação no capital social - %	100	100	100	99	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.
Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 30.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas				Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.089.092**	**2.935.315**	**3.595.034**	**7.619.441**	**31.514**	**7.650.955**
Equivalência patrimonial	13.282	137.570	244.155	395.007	1.831	396.838
Dividendos	-	(79.522)	-	(79.522)	-	(79.522)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(11)	(11)	-	(11)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(67.324)	(67.324)	(7.148)	(74.472)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(36.988)	-	(36.988)	-	(36.988)
Saldo em 31 de março de 2016	**1.102.374**	**2.956.375**	**3.771.854**	**7.830.603**	**26.197**	**7.856.800**

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Isa-sul Administração e Participações Ltda.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.084.893**	**3.020.625**	**2.013.962**	**980.044**	**7.099.524**	**24.076**	**7.123.600**
Equivalência patrimonial	30.666	88.978	277.327	(91)	396.880	2.940	399.820
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	-	(142.303)	-	(142.303)	-	(142.303)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(32)	10.757	-	10.725	2.497	13.222
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	51.656	-	-	51.656	-	51.656
Saldo em 31 de março de 2015	**1.115.559**	**3.161.227**	**2.159.742**	**979.953**	**7.416.481**	**29.513**	**7.445.994**

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense ("RPR"), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. ("Ultracargo Participações") participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. ("União Vopak"), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis. A ConectCar, constituída em novembro de 2012, atualmente opera nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 31 de março de 2016.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	**RPR**	**ConectCar**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.545	31.514	43.318	79.377
Aporte de capital	-	-	5.781	5.781
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(7.148)	-	(7.148)
Equivalência patrimonial	(40)	1.831	(5.750)	(3.959)
Saldo em 31 de março de 2016	4.505	26.197	43.349	74.051

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	**RPR**	**ConectCar**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.960	24.076	25.472	54.508
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.497	-	2.497
Equivalência patrimonial	125	2.940	(5.233)	(2.168)
Saldo em 31 de março de 2015	5.085	29.513	20.239	54.837

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	31/03/2016		
	União Vopak	**RPR**	**ConectCar**
Ativo circulante	3.392	272.405	54.441
Ativo não circulante	7.036	113.081	92.981
Passivo circulante	1.420	245.340	60.725
Passivo não circulante	-	61.248	-
Patrimônio líquido	9.008	78.898	86.697
Receita líquida	2.462	329.934	10.430
Custos e despesas operacionais	(2.696)	(320.158)	(27.877)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	154	(4.262)	5.946
Lucro (prejuízo) líquido	(80)	5.514	(11.501)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	124.360.500
Participação no capital social - %	50	33	50

	31/12/2015		
	União Vopak	**RPR**	**ConectCar**
Ativo circulante	3.360	234.094	59.599
Ativo não circulante	7.300	114.123	85.195
Passivo circulante	1.570	176.134	62.158
Passivo não circulante	-	77.172	-
Patrimônio líquido	9.090	94.911	82.636
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	94.579.500
Participação no capital social - %	50	33	50

	31/03/2015		
	União Vopak	**RPR**	**ConectCar**
Receita líquida	2.751	227.901	3.803
Custos e despesas operacionais	(2.439)	(210.650)	(19.832)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(62)	(8.396)	5.562
Lucro (prejuízo) líquido	250	8.855	(10.467)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	57.500.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio ("Oxiteno S.A.") participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. ("Oxicap"), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio ("Oxiteno Nordeste") participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Companhia Ultragaz S.A. ("Cia. Ultragaz") participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 29 de fevereiro de 2016, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 31 de março de 2016.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	**Oxicap Indústria de Gases Ltda.**	**Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.**	**Metalúrgica Plus S.A.**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.743	12.000	3.684	110	21.537
Dividendos recebidos	(352)	-	-	-	(352)
Equivalência patrimonial	275	401	4	12	692
Saldo em 31 de março de 2016	5.666	12.401	3.688	122	21.877

	Movimentação dos investimentos				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	**Oxicap Indústria de Gases Ltda.**	**Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.**	**Metalúrgica Plus S.A.**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.212	3.090	3.676	165	13.143
Aumento de capital	-	10.368 [(1)]	-	-	10.368
Equivalência patrimonial	234	(966)	(2)	(14)	(748)
Saldo em 31 de março de 2015	6.446	12.492	3.674	151	22.763

[(1)] Conforme nota explicativa nº 8.a) – Consolidado, no 1º trimestre de 2015 foi realizado aumento de capital na Oxicap. Com isso a participação na coligada foi alterada de 25% para 15%, aproximadamente.

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/03/2016				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	**Oxicap Indústria de Gases Ltda.**	**Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.**	**Metalúrgica Plus S.A.**	**Plenogás Distribuidora de Gás S.A.**
Ativo circulante	6.656	20.343	76	711	707
Ativo não circulante	18.474	76.895	10.408	1.682	2.822
Passivo circulante	2.132	10.267	-	411	156
Passivo não circulante	332	4.767	3.109	1.616	1.693
Patrimônio líquido	22.666	82.204	7.375	366	1.680
Receita líquida	2.522	13.132	-	-	-
Custos, despesas operacionais e resultado na venda de bens	(1.406)	(9.627)	(2)	(54)	32
Resultado financeiro e imposto de renda	(17)	(1.222)	10	(2)	11
Lucro (prejuízo) líquido	1.099	2.283	8	(56)	43
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2015				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	**Oxicap Indústria de Gases Ltda.**	**Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.**	**Metalúrgica Plus S.A.**	**Plenogás Distribuidora de Gás S.A.**
Ativo circulante	5.175	13.390	73	759	691
Ativo não circulante	18.773	79.203	10.403	1.681	2.830
Passivo circulante	644	8.682	-	403	101
Passivo não circulante	332	4.371	3.109	1.708	1.777
Patrimônio líquido	22.972	79.540	7.367	329	1.643
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

	31/03/2015				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	**Oxicap Indústria de Gases Ltda.**	**Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.**	**Metalúrgica Plus S.A.**	**Plenogás Distribuidora de Gás S.A.**
Receita líquida	2.355	7.950	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(1.313)	(9.376)	(18)	(45)	47
Resultado financeiro e imposto de renda	(6)	448	15	3	(4)
Lucro líquido	1.036	(978)	(3)	(42)	43
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2015	Adições	Deprecia-ções	Transfe-rências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/03/2016
Custo:								
Terrenos	-	524.159	-	-	-	-	(1.952)	522.207
Edificações	30	1.382.603	298	-	12.757	(1)	(10.679)	1.384.978
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	701.183	2.529	-	15.284	(670)	(2)	718.324
Máquinas e equipamentos	13	3.991.839	28.974	-	35.532	(5.194)	(26.183)	4.024.968
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	2.282.462	21.648	-	(191)	(3.767)	-	2.300.152
Tanques e vasilhames para GLP	11	541.351	48.727	-	591	(5.505)	-	585.164
Veículos	7	258.776	4.644	-	442	(4.909)	(279)	258.674
Móveis e utensílios	9	170.695	2.159	-	1.016	(653)	(770)	172.447
Obras em andamento	-	437.533	70.377	-	(67.176)	-	(7.602)	433.132
Adiantamentos a fornecedores	-	12.125	17.213	-	(1.607)	-	(2.199)	25.532
Importações em andamento	-	1.201	188	-	(452)	-	12	949
Equipamentos de informática	5	260.685	3.913	-	710	(47)	(511)	264.750
		10.564.612	200.670	-	(3.094)	(20.746)	(50.165)	10.691.277
Depreciação acumulada:								
Edificações		(591.831)	-	(10.855)	(1)	-	2.254	(600.433)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(359.117)	-	(12.865)	-	572	3	(371.407)
Máquinas e equipamentos		(2.241.244)	-	(60.494)	1	5.890	9.045	(2.286.802)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.270.797)	-	(31.926)	-	2.791	-	(1.299.932)
Tanques e vasilhames para GLP		(249.234)	-	(9.355)	-	2.537	-	(256.052)
Veículos		(92.457)	-	(5.045)	-	3.008	112	(94.382)
Móveis e utensílios		(110.259)	-	(2.654)	-	645	309	(111.959)
Equipamentos de informática		(203.793)	-	(4.708)	2	40	390	(208.069)
		(5.118.732)	-	(137.902)	2	15.483	12.113	(5.229.036)
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores		(83)	-	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(659)	-	-	-	-	56	(603)
Máquinas e equipamentos		(4.739)	-	-	-	147	186	(4.406)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.306)	-	-	-	53	-	(1.253)
Móveis e utensílios		(1)	-	-	-	-	-	(1)
		(6.985)	-	-	-	200	242	(6.543)
Custo líquido		5.438.895	200.670	(137.902)	(3.092)	(5.063)	(37.810)	5.455.698

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

13 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2015	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/03/2016
Custo:								
Ágio (i)	-	1.456.179	-	-	-	-	-	1.456.179
Software (ii)	5	539.522	12.944	-	4.204	-	(1.677)	554.993
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	36.588	1.930	-	-	-	-	38.518
Fundo de comércio (v)	5	3.278.487	80.740	-	(170.353)	-	-	3.188.874
Marcas (vi)	-	120.944	-	-	-	-	(4.290)	116.654
Outros (vii)	4	46.951	217	-	(3.738)	-	(353)	43.077
		5.511.288	95.831	-	(169.887)	-	(6.320)	5.430.912
Amortização acumulada:								
Software		(350.760)	-	(12.217)	(2)	-	1.133	(361.846)
Tecnologia		(31.256)	-	(446)	-	-	-	(31.702)
Direitos de propriedade comercial		(16.979)	-	(672)	-	-	-	(17.651)
Fundo de comércio		(1.802.989)	-	(120.587)	170.044	-	-	(1.753.532)
Outros		(15.369)	-	(1.959)	(83)	-	(32)	(17.443)
		(2.217.353)	-	(135.881)	169.959	-	1.101	(2.182.174)
Custo líquido		3.293.935	95.831	(135.881)	72	-	(5.219)	3.248.738

i) Os ágios gerados na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio:

	Segmento	31/03/2016	31/12/2015
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxiteno Uruguay	Oxiteno	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
Outros		2.278	2.278
		1.456.179	1.456.179

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de 10 anos devido ao seu plano de expansão e pelo prazo de três anos para maturidade de novas lojas.

As taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2015 variaram de 10,3% a 17,1% (exceto a taxa de desconto da Oxiteno Andina de 43,5%) e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período findo em 31 de dezembro de 2015. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 pontos percentuais da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

ii) *Software* inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Tequimar possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.

- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.

- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é registrado no resultado.

v) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

vi) Marcas representam os custos de aquisição da marca *'am/pm'* no Brasil e da marca Extrafarma.

vii) Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2016	**31/03/2015**
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	3.720	2.571
Despesas com vendas e comerciais	120.439	102.183
Despesas gerais e administrativas	11.722	10.446
	135.881	115.200

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/03/2016 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Financiamento externo (b.1) (*)	996.504	1.111.721	US$ + LIBOR (i)	+0,7	2017 a 2018
Financiamento externo (b.1) (*)	516.173	576.645	US$	+2,1	2017 a 2018
Financiamento externo (b.2) (b.3) (b.4)	363.582	397.586	US$ + LIBOR (i)	+1,4	2017 a 2018
Instituições financeiras (d)	213.616	77.800	US$ + LIBOR (i)	+2,7	2016 a 2021
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	158.401	222.478	US$	+1,9	< 260 dias
Instituições financeiras (d)	131.058	142.779	US$	+2,8	2016 a 2017
Adiantamento de Cambiais Entregues	57.551	50.132	US$	+1,4	< 61 dias
Instituições financeiras (d)	24.959	27.110	MX$ + TIIE (ii)	+1,0	2016 a 2017
BNDES (c)	17.597	24.057	US$	+6,0	2016 a 2020
Subtotal	2.479.441	2.630.308			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (e)	3.133.503	3.115.752	CDI	105,5	2016 a 2019
Debêntures – Ipiranga (f.1 e f.2)	1.462.857	1.413.101	CDI	107,9	2017 a 2018
Debêntures – 5ª emissão (f.3)	803.876	833.114	CDI	108,3	2018
BNDES (c)	369.729	409.339	TJLP (iii)	+2,7	2016 a 2021
Nota de crédito à exportação pós-fixada (g)	158.647	158.648	CDI	101,5	2018
Banco do Nordeste do Brasil	61.350	66.096	R$ (iv)	+8,5	2016 a 2021
FINEP	58.459	61.724	R$	+4,0	2016 a 2021
Arrendamento mercantil financeiro (h)	45.003	45.480	IGP-M (v)	+5,6	2016 a 2031
BNDES (c)	44.769	49.681	R$	+4,6	2016 a 2022
BNDES (c)	32.117	30.878	SELIC (vi)	+2,2	2016 a 2021
FINEP	10.911	11.174	TJLP (iii)	-1,4	2016 a 2023
Nota de crédito à exportação (g) (*)	9.873	27.039	R$	+8,0	2016
Empréstimo de capital de giro pré-fixado Extrafarma	682	1.160	R$	+10,1	2016
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (h)	272	319	CDI	+2,8	2016 a 2017
FINAME	195	255	TJLP (iii)	+5,7	2016 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (h)	73	95	R$	+15,5	2016 a 2017
Subtotal	6.192.316	6.223.855			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	157.640	47.445			
Total	8.829.397	8.901.608			
Circulante	2.495.820	1.097.855			
Não circulante	6.333.577	7.803.753			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 31 – Contabilidade de proteção).

(i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.

(ii) MX$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.

(iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Em 31 de março de 2016, a TJLP estava fixada em 7,5% a.a.

(iv) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de março de 2016, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.

(v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

(vi) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/03/2016	**31/12/2015**
De 1 a 2 anos	2.620.495	3.393.586
De 2 a 3 anos	2.313.586	3.165.603
De 3 a 4 anos	1.252.048	1.155.809
De 4 a 5 anos	102.296	38.585
Mais de 5 anos	45.152	50.170
	6.333.577	7.803.753

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa n° 14.i).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa n° 31).

b. Financiamentos externos

1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US$ 440 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,1% do CDI (vide nota explicativa nº 31). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

   Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	**US$ (milhões)**	**Custo em % do CDI**
mar/17	70,0	99,5
set/17	150,0	103,7
jul/18	60,0	103,0
set/18	80,0	101,5
nov/18	80,0	101,4
Total / custo médio	440,0	102,1

2) A controlada Oxiteno Overseas Corp. (“Oxiteno Overseas”) possui financiamento externo no montante de US$ 60 milhões, com vencimento em janeiro de 2017 e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pago semestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 94,0% do CDI (vide nota explicativa nº 31). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno S.A.

3) A controlada LPG International Inc. (“LPG”) contratou financiamento externo no montante de US$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.

4) A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation contratou financiamento externo no montante de US$ 12 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas informações trimestrais consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e

- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V, Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”) e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

Em fevereiro de 2016, a controlada Oxiteno USA contratou financiamento no montante de US$ 40 milhões, com vencimento em fevereiro de 2021 e encargo financeiro de LIBOR + 3,0% a.a., pago trimestralmente. Os recursos serão utilizados na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas. O financiamento é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste.

e. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

A controlada IPP renegociou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em fevereiro de 2016, no valor principal total de R$ 167 milhões, alterando seu vencimento para fevereiro de 2019 com taxa pós-fixada de 114% do CDI.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de março de 2016):

Vencimento	
mai/16	137.956
jan/17	1.186.082
jul/17	171.079
nov/17	105.134
jan/18	171.079
abr/18	105.134
fev/19	168.890
mai/19	1.088.149
Total	3.133.503

f. Debêntures

1) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

2) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

3) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

g. Nota de crédito à exportação

A controlada Oxiteno Nordeste possui contratos de nota de crédito à exportação nos montantes de R$ 156,8 milhões e R$ 10,0 milhões, com vencimentos em maio de 2018 e agosto de 2016, e encargos financeiros pós-fixado de 101,5% do CDI e pré-fixado de 8% a.a., respectivamente, pagos trimestralmente.

Para os contratos pré-fixados, a controlada Oxiteno Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 79,9% do CDI (vide nota explicativa nº 31), designando os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo. Desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Em março de 2016, a controlada Oxiteno Nordeste liquidou na data do vencimento, contrato de nota de crédito à exportação no montante de R$ 17,5 milhões, com encargo financeiro de 8% a.a.

h. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Extrafarma mantêm contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática, *software* e veículos, com prazos que variam de 24 a 60 meses.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	31/03/2016			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	**Equipamentos de informática e *software***	**Veículos**	**Total**
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	18.683	384	59	19.126
Financiamento (valor presente)	45.003	341	4	45.348
Circulante	2.133	270	4	2.407
Não circulante	42.870	71	-	42.941

	31/12/2015			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	**Equipamentos de informática e *software***	**Veículos**	**Total**
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	19.890	438	95	20.423
Financiamento (valor presente)	45.480	396	18	45.894
Circulante	2.107	260	18	2.385
Não circulante	43.373	136	-	43.509

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	31/03/2016			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	**Equipamentos de informática e *software***	**Veículos**	**Total**
Até 1 ano	4.371	297	5	4.673
De 1 a 2 anos	4.371	79	-	4.450
De 2 a 3 anos	4.371	-	-	4.371
De 3 a 4 anos	4.371	-	-	4.371
De 4 a 5 anos	4.371	-	-	4.371
Mais de 5 anos	44.073	-	-	44.073
Total	65.928	376	5	66.309

	31/12/2015			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	**Equipamentos de informática e *software***	**Veículos**	**Total**
Até 1 ano	4.371	287	18	4.676
De 1 a 2 anos	4.371	155	-	4.526
De 2 a 3 anos	4.371	-	-	4.371
De 3 a 4 anos	4.371	-	-	4.371
De 4 a 5 anos	4.371	-	-	4.371
Mais de 5 anos	45.165	-	-	45.165
Total	67.020	442	18	67.480

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

i. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2015	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/03/2016
Banco do Brasil (e)	0,3	11.883	500	(679)	11.704
Financiamento externo (b)	0,3	4.649	-	(670)	3.979
Debêntures (f)	0,0	1.801	-	(155)	1.646
Outros	0,3	545	794	(175)	1.164
Total		18.878	1.294	(1.679)	18.493

O montante a apropriar ao resultado nos próximos períodos tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Banco do Brasil (e)	3.182	3.752	4.180	590	-	-	11.704
Financiamento externo (b)	2.212	1.244	523	-	-	-	3.979
Debêntures (f)	663	720	263	-	-	-	1.646
Outros	246	331	229	208	150	-	1.164
Total	6.303	6.047	5.195	798	150	-	18.493

j. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R$ 53.104 em 31 de março de 2016 (R$ 52.312 em 31 de dezembro de 2015) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R$ 4.282.383 em 31 de março de 2016 (R$ 4.369.977 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R$ 194.697 em 31 de março de 2016 (R$ 187.551 em 31 de dezembro de 2015) e garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP no montante de R$ 59.875 em 31 de março de 2016 (R$ 133.154 em 31 de dezembro de 2015).

Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de "*vendor*"). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R$ 22.255 em 31 de março de 2016 (R$ 27.106 em 31 de dezembro de 2015), com vencimentos de até 210 dias. Até 31 de março de 2016, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R$ 540 em 31 de março de 2016 (R$ 656 em 31 de dezembro de 2015), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

15 Fornecedores (Consolidado)

	31/03/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	1.018.595	1.390.204
Fornecedores estrangeiros	70.288	70.328
	1.088.883	1.460.532

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. As controladas da Sociedade dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

16 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	31/03/2016	31/12/2015
Provisões sobre folha de pagamento	148.958	149.818
Participação nos lucros, bônus e prêmios	53.076	201.579
Encargos sociais	65.996	43.782
Salários e honorários	5.652	6.993
Benefícios	1.939	1.558
Outros	2.243	583
	277.864	404.313

17 Obrigações tributárias (Consolidado)

	31/03/2016	31/12/2015
ICMS	102.225	111.107
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	13.501	2.418
PIS e COFINS	12.739	11.165
IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno USA, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	12.278	26.342
IPI	6.446	4.949
ISS	6.118	6.976
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	2.569	3.309
Outros	2.496	2.538
	158.372	168.804

18 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de três meses findo em 31 de março de 2016, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R$ 5.778 (R$ 5.439 no período de três meses findo em 31 de março de 2015) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do período. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de março de 2016 atingiu 8.953 participantes ativos e 187 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 28 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente em 31 de dezembro de 2015, e estão reconhecidos nas informações trimestrais conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	31/03/2016	**31/12/2015**
Plano de Assistência Médica e Odontológica	25.635	24.869
Multa FGTS	59.727	59.517
Gratificação	28.751	28.835
Seguro de vida	13.771	13.374
Total	127.884	126.595
Circulante	13.734	13.747
Não circulante	114.150	112.848

19 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	31/03/2016	**31/03/2015**
Saldo inicial	74.716	70.802
Adições (novos tanques)	150	190
Gastos com tanques retirados	(706)	(1.020)
Despesa com atualização	2.349	2.300
Saldo final	76.509	72.272
Circulante	4.446	4.999
Não circulante	72.063	67.273

20 Provisões e contingências (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 31/03/2016
IRPJ e CSLL (a.1.1)	439.923	-	-	8.575	448.498
PIS e COFINS (a.1.2)	135.818	-	-	2.478	138.296
ICMS	16.600	9	(872)	66	15.803
Previdenciárias	11.455	135	-	201	11.791
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	60.293	869	(4.708)	35	56.489
Trabalhistas (a.3.1)	65.388	4.525	(3.691)	15	66.237
Outras	505	-	-	11	516
Total	729.982	5.538	(9.271)	11.381	737.630
Circulante	45.322				51.127
Não circulante	684.660				686.503

Algumas das provisões tributárias acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados no montante de R$ 557.364 em 31 de março de 2016 (R$ 548.150 em 31 de dezembro de 2015).

a.1) Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R$ 431.334 em 31 de março de 2016 (R$ 422.678 em 31 de dezembro de 2015). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e a Sociedade recorreu desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento encontra-se pendente.

a.1.2) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. ("EMCA"), IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R$ 101.798 em 31 de março de 2016 (R$ 99.874 em 31 de dezembro de 2015).

a.2) Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R$ 56.489 em 31 de março de 2016 (R$ 60.293 em 31 de dezembro de 2015).

a.3) Provisões trabalhistas

a.3.1) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R$ 66.237 em 31 de março de 2016 (R$ 65.388 em 31 de dezembro de 2015) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas informações trimestrais. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R$ 2.082.965 em 31 de março de 2016.

b.1) Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R$ 1.442.979 em 31 de março de 2016, dos quais se destacam:

b.1.1) A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R$ 114.393 em 31 de março de 2016.

b.1.2) A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R$ 589.146 em 31 de março de 2016. Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R$ 277.156, dos quais R$ 106.565 se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R$ 108.173; de diferenças de estoque no valor de R$ 118.442 relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto; e de descumprimento de obrigações acessórias no valor de R$ 15.866.

b.1.3) A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judicias envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R$ 384.144 em 31 de março de 2016.

b.2) Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R$ 413.331 em 31 de março de 2016, dos quais se destacam:

b.2.1) A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2) Em decorrência do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no terminal de Santos da controlada Tequimar, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") imputou multa de R$ 22.500, em razão dos alegados impactos ambientais e urbanos ocasionados pelo incidente. Diante da autuação, foi apresentada defesa junto ao órgão ambiental, na qual foi arguida, entre outros aspectos, a inaplicabilidade de legislação federal, visto a existência de legislação estadual que regula a matéria, o que pode ensejar na redução da multa aplicada. Foi também alegada a ausência de conduta ilícita por parte do Tequimar. Em março de 2016, foi julgada desfavorável em primeira instância a impugnação da autuação referente a multa da CETESB. Nos termos do julgamento, foi mantido desconto de 30%, caso o pagamento fosse realizado de imediato. Diante deste cenário, a administração da controlada, apoiada pelos seus assessores jurídicos, decidiu efetuar o pagamento em 16 de março de 2016, no montante de R$ 16.032. Para maiores informações vide nota explicativa nº 33.

b.3) Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R$ 226.655 em 31 de março de 2016, dos quais destaca-se:

b.3.1) O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA.

21 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	31/03/2016	31/03/2015
Taxa inicial de franquia *am/pm* e *Jet Oil*	16.902	16.988
Programa de fidelidade Km de Vantagens	10.102	10.569
Programa de fidelidade Clube Extrafarma	4.652	7.899
	31.656	35.456
Circulante	20.553	24.420
Não circulante	11.103	11.036

Programa de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são descontados da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são descontados da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos. A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 31 de março de 2016 eram representadas por 1.918 lojas (1.909 lojas em 31 de dezembro de 2015). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 31 de março de 2016 eram representadas por 1.473 lojas (1.466 lojas em 31 de dezembro de 2015). A taxa inicial de franquia recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

22 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 3.205.622 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzido pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de março de 2016, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.150.493 ações e totalizavam R$ 139.377 (2.011.766 ações e totalizavam R$ 112.233 em 31 de dezembro de 2015). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de março de 2016 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 3.068.472 (3.070.106 ações em 31 de dezembro de 2015). Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 17 de fevereiro de 2016.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 31 de março de 2016, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na BM&FBOVESPA em 31 de março de 2016 era de R$ 69,79.

Em 31 de março de 2016, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de março de 2016 estavam em circulação no exterior 30.234.097 ações ordinárias na forma de ADRs (29.385.497 ações em 31 de dezembro de 2015).

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 31 de março de 2016, 13.131.356 ações ordinárias (13.321.356 ações em 31 de dezembro de 2015) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R$ 36,85 (R$ 36,85 em 31 de dezembro de 2015).

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R$ 26,09 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão. Adicionalmente, a Sociedade incorreu em custos na emissão das ações no montante de R$ 2.260, reduzindo o valor da reserva.

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

e. Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R$ 3.329.649 em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

f. Outros resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de compromissos firmes de taxa de câmbio designados como *hedge* de fluxo de caixa, são contabilizados no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa	**Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda**	**Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego**	**Total de ajustes de avaliação patrimonial**	**Ajustes acumulados de conversão**
Em 31 de dezembro de 2015	6.261	1.523	11.169	18.953	66.925
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	-	(36.988)
Variação de valor justo	(67.323)	(10.005)	-	(77.328)	-
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	4.327	4.327	-
IR e CS sobre ganhos atuariais	-	-	(1.471)	(1.471)	-
Em 31 de março de 2016	(61.062)	(8.482)	14.025	(55.519)	29.937

	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	**Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego**	**Total**	**Ajustes acumulados de conversão**
Em 31 de dezembro de 2014	51	7.098	7.149	43.192
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de *hedge* de investimentos	-	-	-	51.656
Variação de valor justo	13.222	-	13.222	-
Em 31 de março de 2015	13.273	7.098	20.371	94.848

g. Dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2015, no montante de R$ 434.467 (R$ 0,80 – oitenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2016, pagos a partir de 4 de março de 2016, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 13 de abril de 2016.

24 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)

	31/03/2016	**31/03/2015**
Receita de vendas bruta	19.994.921	17.799.847
Receita de serviços prestados bruta	144.658	148.822
Impostos sobre vendas	(503.440)	(460.137)
Devoluções e abatimentos	(115.708)	(85.978)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 21)	3.892	1.086
Receita líquida de vendas e serviços	19.524.323	17.403.640

25 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	31/03/2016	31/03/2015
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	17.520.841	15.567.150
Gastos com pessoal	485.243	438.564
Fretes e armazenagens	258.069	241.792
Depreciação e amortização	270.120	235.875
Propaganda e marketing	51.648	52.188
Serviços prestados por terceiros	61.347	42.408
Aluguel de imóveis e equipamentos	39.252	33.572
Outras despesas	82.582	82.194
Total	18.769.102	16.693.743
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	17.806.080	15.821.547
Despesas com vendas e comerciais	641.202	584.204
Despesas gerais e administrativas	321.820	287.992
Total	18.769.102	16.693.743

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R$ 10.996 no período de três meses findo em 31 de março de 2016 (R$ 9.251 no período de três meses findo em 31 de março de 2015).

26 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi um ganho de R$ 75 no período de três meses findo em 31 de março de 2016 (ganho de R$ 22.260 no período de três meses findo em 31 de março de 2015) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

27 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

	31/03/2016	31/03/2015
Parceria comercial [(1)]	9.722	9.007
Merchandising [(2)]	14.273	8.192
Programa de fidelidade [(3)]	2.696	3.377
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos (vide nota explicativa nº 33)	5.874	-
Outros	2.861	882
Outros resultados operacionais, líquidos	35.426	21.458

[(1)] Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

[(2)] Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

[(3)] Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	**31/03/2015**	**31/03/2016**	**31/03/2015**
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	40.957	39.386	88.562	86.596
Juros de clientes	-	-	25.320	15.910
Outras receitas	-	8	1.247	952
	40.957	39.394	115.129	103.458
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(179.869)	(143.813)
Juros sobre debêntures	(29.185)	(26.925)	(79.029)	(69.852)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(630)	(657)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(1.841)	1.012	(17.007)	(4.823)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(23.263)	(26.392)
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 22)	(27.453)	(36.112)	(27.453)	(36.112)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(5)	(6)	(4.335)	(3.052)
	(58.484)	(62.031)	(331.585)	(284.701)
Resultado financeiro, líquido	(17.527)	(22.637)	(216.456)	(181.243)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 22, respectivamente.

Lucro básico por ação	**31/03/2016**	**31/03/2015**
Lucro líquido da Sociedade	385.218	384.871
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	541.356	545.957
Lucro básico por ação - R$	0,7116	0,7049

Lucro diluído por ação	**31/03/2016**	**31/03/2015**
Lucro líquido da Sociedade	385.218	384.871
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	545.214	550.226
Lucro diluído por ação - R$	0,7065	0,6995

Média ponderada das ações (em milhares)	**31/03/2016**	**31/03/2015**
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	541.356	545.957
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.067	2.126
Usufruto de ações	1.791	2.143
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	545.214	550.226

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiteno) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Amapá, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e São Paulo. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	31/03/2016	**31/03/2015**
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	1.232.600	1.037.884
Ipiranga	16.869.314	15.118.296
Oxiteno	1.004.038	852.774
Ultracargo	80.963	92.327
Extrafarma	350.240	318.513
Outros [(1)]	9.203	10.267
Vendas entre segmentos	(22.035)	(26.421)
Total	19.524.323	17.403.640
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	731	855
Ipiranga	-	-
Oxiteno	918	684
Ultracargo	11.244	14.672
Extrafarma	-	-
Outros [(1)]	9.142	10.210
Total	22.035	26.421

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/03/2016	31/03/2015
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.231.869	1.037.029
Ipiranga	16.869.314	15.118.296
Oxiteno	1.003.120	852.090
Ultracargo	69.719	77.655
Extrafarma	350.240	318.513
Outros [(1)]	61	57
Total	19.524.323	17.403.640
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	69.300	38.156
Ipiranga	542.806	569.123
Oxiteno	160.214	110.562
Ultracargo	21.969	37.206
Extrafarma	(4.617)	16
Outros [(1)]	1.050	(1.448)
Total	790.722	753.615
Equivalência patrimonial:		
Ultragaz	12	(14)
Ipiranga	(5.475)	(4.999)
Oxiteno	405	(968)
Ultracargo	(40)	125
Outros [(1)]	1.831	2.940
Total	(3.267)	(2.916)
Receitas financeiras	115.129	103.458
Despesas financeiras	(331.585)	(284.701)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	570.999	569.456

	31/03/2016	31/03/2015
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	85.225	70.633
Ipiranga	139.829	103.461
Oxiteno	47.582	17.895
Ultracargo	6.201	3.345
Extrafarma	15.867	15.652
Outros [(1)]	1.797	4.171
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	296.501	215.157
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 19)	(150)	(190)
Juros capitalizados	(5.545)	(5.797)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	290.806	209.170

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/03/2016	31/03/2015
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	39.189	34.176
Ipiranga	169.260	145.162
Oxiteno	37.695	34.979
Ultracargo	10.682	10.369
Extrafarma	9.841	5.109
Outros [(1)]	3.453	6.080
Total	270.120	235.875

	31/03/2016	31/12/2015
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.173.942	2.195.314
Ipiranga	10.424.393	11.292.350
Oxiteno	4.004.653	4.148.716
Ultracargo	1.398.594	1.283.613
Extrafarma	1.642.574	1.570.024
Outros [(1)]	524.281	476.032
Total	20.168.437	20.966.049

(1) A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2016	31/12/2015
Estados Unidos	200.282	201.286
México	130.322	140.759
Uruguai	71.153	79.408
Venezuela	4.069	4.364

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2016	31/03/2015
Receita líquida das vendas:		
Brasil	19.225.823	17.152.702
México	46.949	42.049
Uruguai	10.180	7.602
Venezuela	4.186	28.914
Outros países da América Latina	127.466	80.652
Estados Unidos e Canadá	44.666	43.771
Extremo Oriente	13.939	17.533
Europa	34.238	19.032
Outros	16.876	11.385
Total	19.524.323	17.403.640

31 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração ("Política"). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade ("Comitê"). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	**31/03/2016**	**31/12/2015**
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	235,4	147,8
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	212,1	188,8
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	564,0	611,4
	1.011,5	948,0
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(2.479,4)	(2.630,3)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(67,9)	(64,4)
	(2.547,3)	(2.694,7)
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	2.474,5	2.667,2
Posição líquida ativa – total	938,7	920,5

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida ativa de R$ 938,7 milhões em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	**Risco**	**Cenário I** **10%**	**Cenário II** **25%**	**Cenário III** **50%**
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	3,1	7,6	15,3
(2) Efeito no patrimônio líquido		90,8	227,0	454,1
(1) + (2)	Efeito	93,9	234,6	469,4
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	(3,1)	(7,6)	(15,3)
(4) Efeito no patrimônio líquido		(90,8)	(227,0)	(454,1)
(3) + (4)	Efeito	(93,9)	(234,6)	(469,4)

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.r e 23.f – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 31 de março de 2016 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas pré-fixadas para taxa flutuante (CDI).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

em milhões de Reais	**Nota explicativa**	**31/03/2016**	**31/12/2015**
CDI			
Equivalentes de caixa	4	1.927,2	2.497,9
Aplicações financeiras	4	408,1	801,6
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	31	33,1	30,6
Financiamentos e debêntures	14	(5.559,2)	(5.520,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	31	(2.328,4)	(2.225,1)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	31	(10,2)	(27,8)
Posição líquida passiva em CDI		(5.529,4)	(4.443,7)
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	(380,8)	(420,8)
Posição líquida passiva em TJLP		(380,8)	(420,8)
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	31	1.223,7	1.364,4
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	(1.573,7)	(1.587,1)
Posição líquida passiva em LIBOR		(350,0)	(222,7)
TIIE			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	14	(25,0)	(27,1)
Posição líquida passiva em TIIE		(25,0)	(27,1)
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	14	(32,1)	(30,9)
Posição líquida passiva em SELIC		(32,1)	(30,9)
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		(6.317,3)	(5.145,2)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 31 de março de 2016, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

em milhões de Reais	**Risco**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
		10%	25%	50%
Exposição a juros flutuantes				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	8,9	22,1	44,2
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,1	0,2	0,5
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(19,0)	(47,6)	(95,2)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(7,2)	(18,0)	(35,9)
Despesa incremental		(17,2)	(43,3)	(86,4)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(0,7)	(1,8)	(3,6)
Despesa incremental		(0,7)	(1,8)	(3,6)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,3	0,6	1,3
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(0,2)	(0,6)	(1,2)
Despesa incremental		0,1	0,0	0,1
Efeito nos juros da dívida em TIIE	Elevação TIIE	(0,0)	(0,1)	(0,1)
Despesa incremental		(0,0)	(0,1)	(0,1)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,1)	(0,2)	(0,4)
Despesa incremental		(0,1)	(0,2)	(0,4)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	31/03/2016	**31/12/2015**
Ipiranga	159.831	151.921
Ultragaz	29.275	28.136
Oxiteno	13.197	12.412
Extrafarma	5.668	5.376
Ultracargo	2.971	2.971
Total	210.942	200.816

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de *"joint ventures"*, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R$ 2.988,4 milhões. Adicionalmente, o plano de investimentos para 2016 totaliza R$ 1.809 milhões, tendo sido realizados até o primeiro trimestre R$ 292 milhões. Em 31 de março de 2016, a Sociedade e suas controladas possuíam R$ 2.672,6 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de março de 2016 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 31 de março de 2016 no balanço patrimonial.

em milhões de Reais

Passivos financeiros	**Total**	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos [1] [2]	10.684,7	2.988,4	5.685,9	1.957,2	53,2
Instrumentos de proteção [3]	317,2	198,1	119,1	-	-
Fornecedores	1.088,9	1.088,9	-	-	-

[1] Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 13,9%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R$ 3,73 em 2016, R$ 4,06 em 2017, R$ 4,47 em 2018, R$ 4,93 em 2019 e R$ 5,39 em 2020, (iii) TJLP de 7,5% e (iv) IGP-M de 7,4% em 2016, 6,6% em 2017, 6,4% em 2018, 6,4% em 2019 e 6,4% em 2020 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras).

[2] Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

[3] Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 31 de março de 2016, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 31 de março de 2016. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (*nocional*)[1]		Valor justo		Valor a receber	Valor a pagar
			31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	
Instrumentos de proteção					R$ milhões	R$ milhões	R$ milhões	R$ milhões
a – *Swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos								
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco, BTMU, Citibank,Itaú, JP Morgan, Santander, Scotiabank	abr/2016 a nov/2018	US$ 350,0	US$ 350,0	1.223,7	1.364,4	1.223,7	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)			US$ 360,7	US$ 334,5	1.280,7	1.335,1	1.280,7	-
Passivo em taxa de juros CDI			US$ (710,7)	US$ (684,5)	(2.328,4)	(2.225,1)	-	2.328,4
Resultado acumulado			-	-	176,0	474,4	2.504,4	2.328,4
b – *Swaps* cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM								
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco, Citibank, Itaú, Santander	abr/2016 a jun/2016	US$ 8,4	US$ 7,9	33,1	30,6	33,1	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)			US$ (8,4)	US$ (7,9)	(29,9)	(32,3)	-	29,9
Resultado acumulado				-	3,2	(1,7)	33,1	29,9
c – *Swap* de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré-fixada	Itaú	ago/2016	R$ 10,0	R$ 27,5	10,0	27,4	10,0	-
Passivo em taxa de juros CDI			R$ (10,0)	R$ (27,5)	(10,2)	(27,8)	-	10,2
Resultado acumulado			-	-	(0,2)	(0,4)	10,0	10,2
Resultado acumulado total bruto					179,0	472,3	2.547,5	2.368,5
Imposto de renda					(60,8)	(86,0)	(60,8)	-
Resultado acumulado total líquido					118,2	386,3	2.486,7	2.368,5
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)					275,9	433,7		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)					(157,7)	(47,4)		

[1] Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de março de 2016, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de março de 2016, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US$ 710,7 milhões de principal com posição passiva, na média a 94,5% do CDI, sendo US$ 360,7 milhões, com posição ativa a US$ + 1,31% a.a. e US$ 350,0 milhões com posição ativa a US$ + LIBOR + 0,87% a.a. Deste total, US$ 440,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas nº 14.b e "Contabilidade de *hedge*" abaixo) e US$ 169,7 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes (vide "Contabilidade de *hedge*" abaixo).

b - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de março de 2016, estes contratos de *swap* totalizavam US$ 8,4 milhões e tinham na média uma posição ativa a 69,9% do CDI e passiva a US$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 31 de março de 2016 estes contratos de *swap* totalizavam R$ 10,0 milhões de valor *nocional*, correspondente ao valor do principal das dívidas objeto e, na média, tinham uma posição ativa em 8,0% a.a. e passiva a 79,9% do CDI.

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 31 de março de 2016, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US$ 440,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2016, uma despesa de R$ 212,4 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R$ 23,3 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma receita de R$ 145,1 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 101,9% do CDI (vide nota explicativa nº 14.b.1).

Em 31 de março de 2016, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US$ 169,7 milhões, sendo reconhecida no resultado em 2016 uma despesa de R$ 5,9 milhões, restando uma perda não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R$ 61,1 milhões em 31 de março de 2016.

Em 31 de março de 2016, os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R$ 10,0 milhões de valor *nocional* referentes ao principal dos empréstimos pré-fixados em Reais, sendo reconhecida no resultado em 2016 uma receita de R$ 0,1 milhão referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R$ 0,3 milhão referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R$ 0,5 milhão referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo das operações em 79,9% do CDI.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado em 31 de março de 2016 e de 2015 da Sociedade e suas controladas:

	R$ milhões	
	31/03/2016	
	Resultado	**Patrimônio líquido**
a - *Swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(78,1)	(61,1)
b - *Swaps* cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	5,1	-
c - *Swaps* de juros em Reais (iii)	(0,3)	-
Total	(73,3)	(61,1)

	R$ milhões	
	31/03/2015	
	Resultado	**Patrimônio líquido**
a - *Swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(29,7)	10,8
b - *Swaps* cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(0,4)	(14,0)
c - *Swaps* de juros em Reais (iii)	1,4	-
Total	(28,7)	(3,2)

A tabela acima: (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes), (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais e (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 31 de março de 2016 e de 31 de dezembro de 2015 estão demonstrados a seguir:

			31/03/2016		31/12/2015	
	Categoria	**Nota explica-tiva**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	192.365	192.365	192.016	192.016
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.927.183	1.927.183	2.497.903	2.497.903
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	92.550	92.550	12.974	12.974
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	400.633	400.633	790.969	790.969
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	10.618	10.618
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	31.242	31.242	35.013	35.013
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	275.882	275.882	433.669	433.669
Total			2.927.304	2.927.304	3.973.162	3.973.162
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.522.550	1.522.550	1.715.405	1.715.405
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.837.126	4.727.588	4.846.649	4.686.178
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.266.733	2.253.541	2.246.215	2.233.313
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	45.348	45.348	45.894	45.894
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	157.640	157.640	47.445	47.445
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	139.377	139.377	112.233	112.233
Total			8.968.774	8.846.044	9.013.841	8.840.468

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu período é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.j), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 22). As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

(a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
(b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
(c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Categoria	Nota explicativa	31/03/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	192.365	192.365	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.927.183	1.927.183	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	92.550	92.550	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	400.633	400.633	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	31.242	7.860	23.382	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	275.882	-	275.882	-
Total			2.927.304	2.628.040	299.264	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.522.550	-	1.522.550	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.727.588	-	4.727.588	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.253.541	-	2.253.541	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	45.348	-	45.348	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	157.640	-	157.640	-
Bônus de subscrição – indenização [(1)]	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	139.377	-	139.377	-
Total			8.846.044	-	8.846.044	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	192.016	192.016	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.497.903	2.497.903	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	12.974	12.974	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	790.969	790.969	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	35.013	25.615	9.398	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	433.669	-	433.669	-
Total			3.973.162	3.530.095	443.067	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.715.405	-	1.715.405	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.686.178	-	4.686.178	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.233.313	-	2.233.313	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	45.894	-	45.894	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	47.445	-	47.445	-
Bônus de subscrição – indenização [(1)]	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	112.233	-	112.233	-
Total			8.840.468	-	8.840.468	-

[(1)] Referem-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma. Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 31 de março de 2016. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R$ 4,65 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2016, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2016 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
***Swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos**				
(1) *Swaps* dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	388.713	1.119.262	1.849.810
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(388.716)	(1.119.299)	(1.849.881)
(1)+(2)	Efeito líquido	(3)	(37)	(71)
***Swaps* cambiais passivos em dólares norte-americanos**				
(3) *Swaps* Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(500)	7.077	14.653
(4) Margem bruta da Oxiteno		500	(7.077)	(14.653)
(3)+(4)	Efeito líquido	-	-	-

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 31 de março de 2016 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
***Swap* de taxa de juros (em Reais)**				
(1) *Swap* taxa fixa - CDI	Redução da taxa	-	101	209
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	-	(101)	(209)
(1)+(2)	Efeito líquido	-	-	-

32 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2015, essas tarifas eram de R$ 6,99 e R$ 2,90 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno, apurado trimestralmente, e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2016 um consumo anual mínimo de 190 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de março de 2016 e de 2015, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato, conforme condições e tolerância contratuais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
Em toneladas de eteno	**31/03/2016**	**31/03/2015**	**31/03/2016**	**31/03/2015**
1º trimestre	47.240	37.743	47.196	44.352

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de março de 2016 e de 2015, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato, conforme condições e tolerância contratuais.

	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
Em toneladas de eteno	**31/03/2016**	**31/03/2015**	**31/03/2016**	**31/03/2015**
1º trimestre	11.025	10.965	10.764	9.116

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

b. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima possível de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxiteno	US$ 1.062
Ipiranga	R$ 769
Ultracargo	R$ 550
Ultragaz	R$ 300
Extrafarma	R$ 125

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US$ 50 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

c. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
31/03/2016	20.722	25.098	-	45.820

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
31/03/2016	a pagar	95.939	266.777	128.252	490.968
	a receber	(48.512)	(147.423)	(70.379)	(266.314)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) no período de três meses findo em 31 de março de 2016, foi R$ 23.514 (R$ 28.888 no período de três meses findo em 31 de março de 2015).

33 Ultracargo - incêndio em Santos

Em 2 de abril de 2015, uma parte das instalações de armazenamento operadas pela Ultracargo em Santos, no Estado de São Paulo, sofreu um incêndio de nove dias que se espalhou em seis tanques de etanol e gasolina. Os seis tanques representavam 4% da capacidade total da Ultracargo no Brasil em 31 de dezembro de 2014. Não houve vítimas e a causa do acidente e seus impactos ainda estão sendo investigados, incluindo a extensão das perdas operacionais, danos aos ativos, potenciais danos ambientais (vide nota explicativa nº 20.b.2.2) e outros passivos e danos à sua reputação. A Sociedade mantém apólices de seguro para cobrir determinados riscos que suas controladas estão expostas (vide nota explicativa nº 32.b).

Em 9 de abril de 2015, a Prefeitura Municipal de Santos suspendeu as atividades da Ultracargo naquela cidade. As operações da Ultracargo em Santos compreendem duas áreas separadas. Em 27 de abril de 2015 foi publicada no Diário Oficial de Santos, autorização dada pela Prefeitura Municipal de Santos para a Ultracargo retomar as atividades na área não afetada pelo acidente. As operações ainda suspensas correspondem a 185 mil metros cúbicos de capacidade, ou 22,5% da capacidade total da Ultracargo no Brasil.

A Ultracargo iniciou a execução do plano de descomissionamento, que consiste na retirada dos equipamentos e estruturas da parte do terminal atingido pelo incêndio. Este processo permitirá a finalização dos trabalhos dos peritos do Instituto de Criminalística e da investigação que visa apurar as causas do incidente.

A Ultracargo possui, em seus contratos de prestação de serviços, cláusula de obrigação de contratação de coberturas de seguros, que vincula o pagamento de eventual indenização pela seguradora, de acordo com os prazos de análises e tramitação dos procedimentos das seguradoras. No trimestre findo em 31 de março de 2016, a Ultracargo firmou compromisso com determinados clientes para adiantamento das indenizações securitárias e provisionou o montante de R$ 142.925 no passivo e reconheceu o ativo de indenização, no mesmo montante, a receber das seguradoras. Em março de 2016, a Ultracargo concedeu adiantamento a cliente no montante de R$ 30.000, restando o saldo de R$ 112.925 no passivo.

O saldo de R$ 167.008 de ativo de indenização, inclui R$ 24.083 de estoques perdidos da Ipiranga. Os valores possuem cobertura de seguro, foram enviados para regulação e aguardam a finalização da perícia pelo Instituto de Criminalística para conclusão do processo de regulação e pagamento das indenizações pelas seguradoras aos clientes, não sendo esperados impactos materiais no resultado da Sociedade.

A Ultracargo também possui ações judiciais e pleitos extrajudiciais de terceiros, reclamando perdas e danos. Os valores reclamados, até o momento, serão objeto de seguro e encontram-se em análise por parte das seguradoras. Os montantes dos passivos contingentes referentes às ações judiciais e pleitos extrajudiciais são de R$ 93.691 e R$ 32.582, respectivamente.

Por fim, a Ultracargo pleiteou adiantamentos de despesas de salvamento/contenção e de lucros cessantes, em regulação junto às seguradoras, nos montantes de R$ 50.818 e R$ 40.453, respectivamente, sendo que o montante de R$ 29.751 foi recebido no primeiro trimestre de 2016, relativo a certas despesas de salvamento/contenção, e reconhecido no resultado da Sociedade. O saldo de ativos contingentes será reconhecido quando recebido ou homologado pela seguradora.